



SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,  
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

## TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Camila Cecilia Mascarenhas Gibbs<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo traz uma discussão acerca da população em situação de rua enquanto uma expressão dramática da questão social a partir de sua relação com o trabalho. A reestruturação produtiva é apenas uma amostra no vértice de todo esse processo estrutural que tem se deflagrado na atualidade, trazendo consigo efeitos deletérios como o desemprego, a informalidade e a precariedade que, levados ao extremo, corroboram para a situação de rua, representando o ponto limítrofe ao qual o homem pode chegar ao se encontrar fora do processo produtivo e de fruição da riqueza socialmente produzida. Trata-se, pois, de um estudo em andamento que vêm se construindo sobre o projeto de pesquisa do Mestrado, o qual visa adentrar o limiar deste mundo complexo entre trabalho, questão social e população em situação de rua na cidade de Manaus, onde ainda inexistem pesquisas censitárias ou qualitativas sobre o segmento social em questão.

**Palavras-Chave:** População em situação de rua. Questão social. Trabalho.

### 1 INTRODUÇÃO

Vivenciamos, na contemporaneidade, uma série de mudanças estruturais na sociedade, sendo a mais patente delas sobre o mundo do trabalho. O advento da reestruturação produtiva já preanunciava que tais mudanças teriam mais efeitos perversos do que benéficos, pois com o desenvolvimento maciço da tecnologia e da ciência, sob a égide do capitalismo, em sua busca frenética pelo crescimento econômico e constante progresso, vem se desenvolvendo uma política de subordinação do capital produtivo sobre o capital intelectual, onde assegura espaço quem pensa mais, conhece melhor e consegue acompanhar as transformações em curso.

Conhecimento, qualificação e competência são as novas regras impostas pelo mercado, as balizas sobre as quais se tem erigido a sociedade do consumo e da competição. Os efeitos disso na vida em sociedade são patentes, pois é inegável que há uma grande riqueza produzida socialmente, a qual, todavia, não é distribuída com equanimidade. Dessa forma, enquanto a riqueza de muitos se agigantam, cresce obstinadamente a estatística de pessoas que sobrevivem com salários mínimos, mais tão mínimos que, não obstante a redundância, sequer garante a provisão dos mínimos sociais previstos na agenda da política brasileira, quando nos anos 90 se instituiu a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742 de 12/93).

O que falar então daqueles que, até mesmo sem este mínimo, vivem ou pelo menos sobrevivem em nossas sociedades? Sociedade essa marcada pela extrema concentração de renda e profunda desigualdade social, que supervaloriza o capital em detrimento do respeito aos direitos de seus cidadãos, os quais, muitas vezes, são alijados da participação política e social, ou seja, da própria condição de ser cidadão.

Assim, cresce em nosso país e cidades, o número de pessoas que sobrevivem em situação de miséria. Prova incontestável está numa recente reportagem realizada a partir de pesquisas divulgadas pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Aplicadas), onde o Amazonas é o quinto Estado com maior percentual de miseráveis no Brasil, atrás apenas do Maranhão (17,29%), Alagoas (12,34%), Ceará (10,56%) e Bahia (9,96%). De acordo com a

<sup>1</sup> mila.social@hotmail.com – Bolsista.



reportagem, divulgada no final de 2014, o Estado tem 9,7 % da sua população abaixo da linha de extrema pobreza, sendo que a média nacional é de 5,2%, com dados referentes ao levantamento feito no final de 2013, o que significaria um aumento de 32 mil miseráveis.

Dentre esta massa de miseráveis, encontram-se aqueles que nem mesmo um teto sobre suas cabeças possuem, restando-lhes apenas uma única saída: a rua. A maioria desse contingente se faz presente nas grandes e médias cidades brasileiras, ocupando logradouros públicos para morar e sobreviver. É consequência de uma reação em cadeia, relacionado com a reestruturação produtiva, globalização, altos índices de desemprego, aumento da informalidade, rebaixamento salarial, uso de drogas, violência urbana etc, revelando um quadro político, econômico e social desumano, injusto e destrutivo.

Assim, morar na rua é o reflexo visível do agravamento exacerbado da questão social, a qual deve ser entendida como um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista, produtor de contradições e desigualdades em nossas sociedades.

## **2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO A EXPRESSÃO MAIS PERVERSA DA QUESTÃO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO**

Partimos do pressuposto de que a questão social, da qual “a população em situação de rua é a expressão mais radical” (SILVA, 2009, p. 22), está intrinsecamente atrelada ao modo de produção capitalista desde os seus primórdios, na fase chamada por Marx (2014) de “acumulação primitiva do capital”.

Há, pois, uma série de condições histórico-estruturais a levarmos em consideração quando nos propomos a analisar a origem e reprodução da população em situação de rua no bojo da sociedade capitalista.

Séculos antes Huberman (2014) explica o que ocorreu sob o regime dos ‘cercamentos’, onde um contingente expressivo de camponeses foi expulso de suas terras e, privado de seu único meio de subsistência, grande parte deles veio a compor o quadro dos miseráveis, que na Europa dos séculos XVI e XVII, imperava tal qual uma epidemia: só para termos uma ideia, diz-nos o autor que um quarto da população de Paris, na década de 1630, era composta por mendigos, e nos distritos rurais a situação não era diferente.

Destituídos de todos os meios de produção, essa massa sobrando se viu obrigada a vender o único bem que ainda possuía para simplesmente sobreviver: sua força de trabalho. Essa “história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” (MARX, 2014, p. 830). Representavam um verdadeiro banquete ao capitalismo que progredia continuamente, podendo suprir a qualquer hora sua necessidade de trabalhadores para explorar e gerar lucro; trabalhadores esses que vendiam sua mão de obra por salários ínfimos, viviam e se submetiam a condições lúgubres de trabalho.

É nessas condições histórico-estruturais que, de acordo com Silva (2009), ocorre a generalização do pauperismo na Europa e, com isso, o surgimento de pessoas em situação de rua, pois muitos desses camponeses não foram abarcados pela indústria nascente com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis, haja vista terem sido descartados de suas terras, mas também pela dificuldade que tivessem de se adequar a um novo e massacrante ritmo de trabalho, ficando, assim, por força das circunstâncias, relegados à mendicância e outras mazelas, como o roubo e a vadiagem, por exemplo.

A autora explicita que naquele momento eclode um novo fenômeno que se alastrava por toda a Europa: o pauperismo, no seio do qual a população em situação de rua surge, desenvolvendo as condições necessárias à produção e reprodução capitalista.

Dessa forma, o pauperismo se torna *conditio sine qua non* para situarmos historicamente a existência deste segmento social, pois concebemos seu surgimento como o resultado de um amplo processo social e histórico. Não se trata, portanto, de uma questão



isolada, como se fosse específico de determinadas conjunturas ou de contextos espaciais, mas, sim, do resultado da histórica desigualdade capitalista que percorre e adentra séculos.

A partir desta relação indissociável do capitalismo que gera o pauperismo e, portanto, a questão social, evidencia-se que todas estas agruras históricas giram na órbita de um mesmo elemento: o trabalho. Ele é, portanto, a estrutura sobre a qual se assenta o (des) equilíbrio da vida em sociedade. Assim, de acordo com Costa (2011, p. 48):

Quando a produção capitalista tornou-se organizada e independente, não mais se limitou a manter a dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção, mas passou a produzi-la em escala cada vez maior. A formação de uma superpopulação relativa passou a ser um processo contínuo, de acordo com as necessidades do capital.

Alguns autores como Silva (2009) e Costa (2011) analisam a questão da população em situação de rua atrelada ao processo de acumulação do capital, num contexto em que se produz continuamente uma “superpopulação relativa”, nos termos de Marx (2014), a qual se configura como o excedente dos trabalhadores que o capitalismo não absorve, pois este adapta o número daqueles às suas necessidades e, com o crescimento dos meios de produção e potencialização das forças produtivas, há uma drástica diminuição na utilização da força humana.

Assim sendo, muitos que necessitam sobreviver dispendo apenas de sua força de trabalho para vender, tornam-se desnecessários e constituem maior número do que a real necessidade do capital, o que cria um efeito cíclico perverso: a produção e acumulação ampliada do capital cresce na mesma intensidade que o descarte da mão de obra e, por conseguinte, do crescimento ampliado da miséria da classe trabalhadora.

Partimos, portanto, do pressuposto teórico que apreende a população em situação de rua como uma expressão genuína da questão social, posto que surge num cenário histórico de desigualdades sociais oriundas diretamente da relação contraditória entre capital versus trabalho, onde sua reprodução está associada ao processo de acumulação do capital.

A partir da formação socioeconômica do modelo capitalista, inúmeros indivíduos se veem fora do processo de fruição de riquezas bem como do seu processo de produção, desta forma, a situação de rua se constitui como um ponto extremo da questão social que cria um contingente populacional empobrecido, marginalizado, excluído do processo produtivo, restando-lhes os espaços públicos como meio de existência e sobrevivência.

Para avançarmos na análise desta questão, a saber, dos sujeitos que não são abarcados no processo produtivo e ficam à mercê das vicissitudes e desventuras sociais, faz-se imprescindível esquadriharmos, ainda que de forma sucinta, o que Marx (2014) denominara como sendo a superpopulação relativa. Diz-nos que não se trata de uma categoria estável, pois pode aparecer de forma aguda nos momentos de crise ou de forma crônica nos momentos de certa estabilidade.

Define três formas: a forma de população *flutuante*, *latente* e *estagnada*. A primeira exprime o movimento dos trabalhadores dos grandes centros industriais, ora atraídos, ora repelidos do mercado de trabalho; a *latente* se refere aos fluxos de migração dos trabalhadores do campo à cidade, que expulsos do campo pela introdução de tecnologias vão à cidade em busca de trabalho, e, por fim, a *estagnada*, representada pelos trabalhadores irregulares, os quais não se inserem nem na grande indústria, nem na agricultura.

Esta última forma se desdobra em outros três grupos: os aptos para o trabalho, os filhos e órfãos dos indigentes e os incapazes para o trabalho. É nesta fração da classe trabalhadora que se expande com maior rapidez a pauperização, a qual, no dizer de Marx



(2014, p. 746) “se constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva”.

De acordo com Silva (2009), a partir de um minucioso estudo realizado junto à população em situação de rua no Brasil, constatou-se que esta se origina da forma *flutuante*, *latente* ou *estagnada* da superpopulação relativa, sendo que das análises obtidas pela autora, concluiu-se que as características e o perfil deste segmento social possibilitam associá-lo, principalmente, ao *lupemproletariado*, isto é, parte da classe trabalhadora que se encontra no pauperismo, é apta para o trabalho, mas não é absorvida pelo mercado, constituindo assim, o último resíduo da superpopulação relativa.

Partindo dessas considerações, nosso objetivo é estabelecer balizas que nos permitam apreender as mazelas sociais gestadas no bojo do desenvolvimento histórico do capitalismo. Os cercamentos, por exemplo, ainda na transição de um modo de produção ao outro, já prefiguravam que a acumulação do capital se faria à custa da expropriação do trabalhador, mesmo que isto trouxesse consequências devastadoras, como a história tão bem atesta.

Hoje, vemos como que a repetição de velhas questões, as quais muito embora se deem sob novas configurações, e, de fato, se dão, mantêm a mesma base estrutural: o próprio capitalismo. Assim, não acreditamos que exista nenhuma nova questão social, mas simplesmente a prevalência de suas manifestações antigas e o surgimento de outras expressões.

Castel (1998) lança a reflexão de que certamente estamos vivendo um “neopauperismo”, dado o acirramento cada vez mais intenso entre o trabalho e o capital. Parte do pressuposto de que não há ninguém que se encontre propriamente fora da sociedade, muito embora possa estar numa posição tênue em relação ao centro desta, encontrando-se, então, “desfilado”, ou seja, “des-ligado, mas continua dependendo do centro [...] É do centro que parte a onda de choque que atravessa a estrutura social” (p. 568).

As transformações que perpassam nossa história partem do centro do capitalismo que gera a refração nefasta sobre a tessitura da vida em sociedade. Recentemente, no final do século XX, com a reestruturação do capitalismo em nível global, evidenciamos profundas mudanças societárias que incidem diretamente na dimensão econômica, política e social, bem como o aumento vertiginoso da pobreza e do desemprego.

O resultado desse processo tem se expressado na exacerbação das desigualdades sociais produzidas pelo *status quo* e encontra sua origem na perene contradição entre a produção coletiva do trabalho e a apropriação privada do produto desse trabalho, o que gera, por conseguinte, um enorme contingente de homens e mulheres trabalhadores que não conseguem prover a própria subsistência.

Podemos afirmar que a sociedade do capital vai ainda mais além, literalmente descartando aqueles que não a interessam, haja vista que “na área do planeta comumente compreendida pela ideia de “sociedade” não há um compartimento reservado ao refugio humano”. (BAUMAN, 2005, p. 21). O ser humano passou a ser tão descartável quanto os dejetos, os restos, o lixo. Para o autor, a produção do “refugio humano” é:

Um produto inevitável da modernização e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da construção da ordem (cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inaptas” ou “indesejáveis”) e do progresso econômico (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência) (idem).



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,  
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Assim, diante deste cenário de profundas mudanças em que parcelas majoritárias da população são alijadas do processo produtivo, constituindo o que Marx (2014) já conceituava como sendo uma superpopulação relativa, Castel (1998) de sobrantes ou desfilados e Bauman (2005) de refugo humano, sobreviver das ruas se expressa como uma condição da sociedade contemporânea, representada, sobretudo, pela naturalização da pobreza e banalização do humano, onde muitos não encontrando formas de inserção no mercado formal se voltam para as últimas alternativas, mesmo que seja a informalidade em seu mais alto nível de precariedade.

No que concerne especificamente ao segmento social população em situação de rua, muitos estudos atestam como os de Potyara (2008) e Silva (2009), apenas para citarmos alguns, que aqueles que estão nas ruas têm uma trajetória social anterior à situação propriamente de rua. Isto implica, pois, considerarmos esta população como uma categoria multidimensional, que imbrica várias facetas de uma mesma realidade, isto é, a rua abriga uma enorme diversidade de histórias de vida, cujos fatores perpassam condições de ordem estrutural, como inexistência de trabalho e renda até fatores biográficos, como alcoolismo e drogadição, por exemplo.

Consideramos, sobretudo, o papel de destaque que o trabalho ocupa no centro da sociedade capitalista, por representar o elo de coesão na vida de um ser social, mas também, por sua ausência infligir um dos principais fatores de permanência e dificultar o processo de saída das ruas, como vimos e consultamos nos estudos acima supracitados.

Silva (2009), a partir de seu estudo realizado no íterim de 1995 a 2005 sobre a condição da população em situação de rua, pôde estabelecer comparações com informações referentes às principais atividades exercidas por eles no tocante às estratégias de sobrevivência para obtenção de rendimentos. Informações estas oriundas de censos realizados por algumas capitais em suas regiões metropolitanas, quais sejam: Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Recife, em seus respectivos anos.

Observou-se que na condição de rua o trabalho aparece como uma alternativa para muitos que nela se encontram e não apenas propriamente a mendicância como forma de sobrevivência, muito embora ela esteja presente em grande parte das cidades pesquisadas. O que se verifica, pois, é a existência do trabalho informal, precarizado, como catação de material reciclado, guarda e lavagem de carros, como podemos verificar no quadro abaixo.

Quadro 1 - Principais atividades que a população em situação de rua desenvolve para obter rendimentos na condição de rua.

Cidade	Ano	Atividades	%
Porto Alegre	1995	- Mendicância - Cata Materiais Recicláveis	18,00 9,00
	1999	- Mendicância - Cata Materiais Recicláveis	46,50 38,20
Belo Horizonte	1998	- Cata Materiais Recicláveis - Lava, vigia carros	15,61 13,76
	2005	- Cata Materiais Recicláveis - Lava, manobra carro - Mendicância	42,80 13,00 9,00
São Paulo	2000	- "Bico" - Trabalho fixo sem carteira assinada	81,09 5,21
	2003	*	*



Recife	2004	- Mendicância	47,77
		- Cata Materiais Recicláveis	21,74
	2005	- Lava, guarda carro	36,76
		- Mendicância	31,72
	- Cata Materiais Recicláveis	16,04	

Fonte: Adaptado de: SILVA, 2009, p. 166.

A partir destes dados, podemos inferir que um ponto em comum entre este segmento social é que muitos buscam desenvolver algum tipo de atividade laborativa e não simplesmente sobreviver de esmolas.

Entremeando estes dados com a pesquisa nacional censitária e por amostragem, promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, durante o ano de 2007, no que se refere ainda à esfera do trabalho, constatou-se que: a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores: 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Destas, destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Pedem dinheiro como principal meio de sobrevivência apenas 15,7% das pessoas.

Estes dados servem para explicitar que muitas destas pessoas exercem alguma atividade de trabalho, não obstante se deem em condições extremamente precárias, desmistificando o preconceito muito difundido de que são apenas mendigos ou pedintes. Contudo, a maior parte dos trabalhos se desenvolve na chamada economia informal: a pesquisa revelou que apenas 1,9% trabalharam com carteira assinada, enquanto que 47,7% não.

Ressaltamos que em Manaus não existem pesquisas censitárias ou qualitativas sobre a população em situação de rua, o que, de certo modo, prejudica a comparação com outras capitais brasileiras. Todavia, esperamos com base na pesquisa de campo, levantar alguns dados que venham contribuir para o conhecimento desta realidade presente no cenário urbano da capital amazonense.

### 3 CONCLUSÃO

Desta forma, a partir desta análise evidenciamos a relação histórica que há entre a população em situação de rua enquanto expressão da questão social no modo de produção capitalista e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social; desenvolvimento este que produz, de sua gênese até a contemporaneidade, um número cada vez maior de pessoas descartadas pelo capital e que sem quaisquer alternativas, veem suas vidas desperdiçadas e se lançam sob qualquer fresta de esperança ou a qualquer oportunidade de trabalho que se lhes apresente.

Assim, consideramos a questão social como “parte constitutiva das relações capitalistas” como tão bem dito por Yamamoto (2005), e, devemos, portanto, concebê-la como peça indissociável das conformações que o projeto societário capitalista impõe ao trabalho no seu decurso histórico, que hoje, embora torne a produção social cada vez mais coletiva, apropria-se de seus frutos, restringindo-os a uma parcela minoritária da sociedade, enquanto os verdadeiros produtores da riqueza socialmente produzida dela pouco ou nada usufruem, vivendo em condições existenciais precárias ou, pior ainda, desumanas.

Faz-se mister, portanto, analisarmos com acuidade tal problemática que, decerto, é gerada no bojo das relações capitalistas que corrobora para a primazia da competição e da concorrência no mundo globalizado, onde só há chances para aqueles que estão em constante processo de aprimoramento e capacitação, sobretudo no mundo do trabalho,



deixando do outro lado, o lado vazio e obscuro, aqueles que não dispõem das ferramentas intelectuais para competir no mercado.

O resultado disto é visto em cada cidade, em cada esquina, em cada rua a ser habitada por aqueles que buscam alguma forma, por mais simplória e improvisada que seja, de ganhar o seu pão e manter sua subsistência com o mínimo de dignidade, isto quando até esta já não lhes foi tirada pelo agravamento da vulnerabilidade social a que estão submetidos.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRASIL, **Lei Orgânica de Assistência Social**, 1993. Disponível em:  
<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretarianacionaldeassistenciasocialsnas/cadernos/leiorganicadeassistenciasocialloasanotada2009/Lei%20Organica%20de%20Assistencia%20Social%20-%20LOAS%20Anotada%202009.pdf/download>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, Cap. VIII.
- COSTA, Francisca Deusa Sena da Costa. **Quando viver ameaça a ordem urbana: Trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.
- HUBERMAN, Léo. **História da Riqueza do Homem**. 22º Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.  
<http://new.d24am.com/noticias/amazonas/amazonas-quinto-maior-percentual-miseraveis-ipea/123696>
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução: Reginaldo Sant'anna. 32. Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Livro I, vol. I.
- POTYARA, Camila. **Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a População de Rua de Brasília**. Dissertação (Mestrado): Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2008.
- SILVA, Maria Lúcia. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. 1 ed.- São Paulo: Cortez, 2009.